

GT 3: CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO PROCESSUAL PENAL

DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL NA ERA DIGITAL: POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Andressa Paula de Andrade

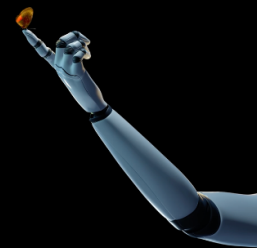
Mestra, UniFatecie, Professora, aadressaandrade@hotmail.com

Matheus Ferri Varotto

Graduando em Direito, UniFatecie, estudante, ferrivarotto@gmail.com

INTRODUÇÃO: Na atualidade, os avanços da tecnologia têm impactado em todas às esferas da vida humana, e no ramo do direito processual penal não é exceção. No cenário atual, muito se discute sobre as provas digitais, em especial as provas ilícitas e suas utilizações, bem como seus impactos e efeitos no processo penal. Embora a tecnologia e seu uso tragam diversos benefícios a sociedade, também traz diversos efeitos negativos, neste sentido iremos explorar os impactos negativos no ramo do processo penal, como o vazamento de dados, a coleta de provas ilícitas nos meios digitais, espionagem eletrônica “grampo” sem a devida autorização legal e até mesmo o uso de Malware ou software que violem direitos fundamentais, podem acarretar sérias consequências para o processo, desde a contaminação do julgador o tornando parcial, fazendo que o mesmo tenha um pré-julgamento da causa, bem como uma violação à privacidade do réu. Ao longo desta pesquisa, será examinado os princípios fundamentais do direito à privacidade, do devido processo penal, da ampla defesa, da descontaminação do julgado. Adicionalmente, abordaremos as questões éticas e legais relacionadas a coleta das provas no âmbito digital, e o posicionamento e entendimento dos tribunais superiores. Por fim, está pesquisa buscará entender os limites legais, sobre a produção e utilização das provas digitais, a possibilidade da utilização das provas ilícitas em favor do réu, da necessidade da descontaminação do julgado que teve contato com provas ilícitas, e ao final analisar o entendimento dos tribunais superiores.

PROBLEMA DE PESQUISA: Analisando o tema, podemos observar que a produção de provas no âmbito digital é algo novo, onde ainda não foi definido exatamente quais são os limites e consequências destas provas no processo penal. Podemos perceber que a produção de provas ilícitas em especial as provas digitais, acarreta sérios danos no julgamento da lide penal, um mero *printscreen* indevido, filmagem sem a devida legalização, espionagem eletrônica (grampo) etc. levam a contaminação do julgador o fazendo que ele tenha um pré-julgamento ferindo o direito da ampla defesa e contraditório, no mesmo sentido ferindo direitos fundamentais como direito a privacidade. Desta forma o que se almeja nesta pesquisa é a definir os limites e consequências das provas ilícitas no âmbito digital, as medidas que devem ser tomadas pelos tribunais quando estiverem em frente a este tipo de prova, bem como analisar o entendimento o atual entendimento dos tribunais superiores quanto a este tema.



OBJETIVO: O objetivo do presente estudo é investigar os impactos das provas ilícitas em especial as provas digitais, no processo penal, definindo os limites legais para que não sejam violados os direitos fundamentais do réu no processo penal. Assim, será analisado o entendimento e posicionamento dos tribunais superiores quanto ao tema, os reflexos da utilização das provas ilícitas no processo penal, os prejuízos causados aos réus e a violação de seus direitos, analisando ainda as fronteiras legais e éticas da produção de provas digitais.

MÉTODOLOGIA: A metodologia aplicada será o método hipotético-dedutivo, utilizando a técnica de pesquisa da revisão bibliográfica. Ainda será analisado o entendimento e posicionamento dos tribunais superiores e jurisprudências pertinentes.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Após uma análise preliminar sobre o tema abordado, sendo analisado algumas jurisprudências, legislações relacionadas como a Constituição Federal, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Código de Processo Penal e Código Penal, como alguns julgados relacionados sobre o tema, foi possível alcançar a compreensão mais ampla das implicações éticas, legais e sociais a respeito do tema. Como se trata pesquisa em estágio inicial, pretende-se compreender o real impacto das provas ilícitas digitais no Processo Penal.

FONTES FINANCIADORAS: Não se aplica ao presente resumo.

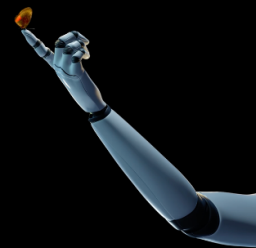
REFERÊNCIAS:

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559647774. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559647774/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Processo Penal e Execução Penal. (Esquemas & Sistemas)**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645053. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559645053/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRITO, Auriney. **Direito penal informático**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502209428. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788502209428/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FERNANDES, Antônio S.; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. **Provas no processo penal: estudo comparado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. E-book. ISBN 9788502133273. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788502133273/>. Acesso em: 11 abr. 2024.



PEREIRA, Eliomar da S. **Teoria da Investigação Criminal**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. ISBN 9786556275802. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

JR., Aury L. **Direito processual penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024. E-book. ISBN 9788553620609. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620609/>. Acesso em: 11 abr. 2024.